

ORGANIZAÇÃO E SELETIVIDADE EDITORIAIS NA UNIVERSIDADE

JOÃO VIANNEY CAMPOS DE MESQUITA

1. INTRODUÇÃO

Tem-se proporcionado, nos últimos anos, a contribuição das universidades brasileiras para o estabelecimento de uma política editorial gerada em meio à comunidade acadêmica e voltada para os diversos segmentos universitários que não alcançavam, na iniciativa privada, o suprimento das suas necessidades através dos volumes produzidos fora dos *campi*.

Felizmente a Universidade, na sua função tríplice de pesquisa, ensino e extensão, procura, hoje, dentro dos compreendimentos modernos, estimular a publicação de trabalhos artísticos, científicos e culturais do seu público, levando a lume aqueles porventura inéditos e estimulando a produção de outros de real valor, e que possam representar nacional e internacionalmente o pensamento dessa comunidade, de inestimável dimensão para a cultura nacional como um todo.

Com efeito, há alguns poucos anos, como resposta às questões levantadas sobre a mutante realidade universitária nacional, nossas instituições de ensino superior, maiormente as federais, se vêm preocupando com dotar de passado, presente e futuro a sua história por meio dos seus registros, da sua memória gravada.

Assim, programas de produção de trabalhos intelectuais de boa qualidade têm sido estimulados pela maioria das IES e, hoje, a atividade editorial no âmbito do ensino de terceiro grau ocupa destacado lugar nas estatísticas preparadas sobre o setor.

A Universidade, conquanto ainda não possuidora de *know-how* completo sobre a atividade, posto que aprende por si só

e o aprendizado é vagaroso, conseguiu, desde uma dezena de anos, chegar a conclusões bastante honrosas no terreno editorial, suplantando, em alguns casos, até editoras particulares, uma vez que, convenhamos, não pode haver maior celeiro de ciência e cultura (esta tomada na acepção antropológica) do que a própria instituição universitária, onde a pesquisa mais se desenvolve.

Para que esse *status quo* se modificasse convenientemente, diversos encontros regionais e nacionais têm tido curso ultimamente no País, oportunidade em que se discutem, pragmaticamente, sem o tom do descaso e do *não chega a nada*, os variados problemas comuns às gráficas e editoras universitárias, buscando equacionar os entraves das instituições, existentes pelas diferenças regionais dos mais diversos jaezes.

Como resultado dessa necessária ação, tem-se notado, em quantidade como em qualidade, o crescimento da produção científica gerada na Universidade e espalhada pelas livrarias e bibliotecas de todo o Brasil, em razão das estratégias de comercialização *sui generis*, diferentes da comercialização particular, exercitadas pelas unidades, em atendimento às formulações dos cursos e encontros amiudemente realizados.

A instituição que possui uma gráfica, dotada de regulares equipamentos — como no caso das universidades — não pode justificar a existência dessa gráfica somente para timbrar papéis e fabricar boletins e formulários oficiais, quando pode, e deve, com facilidade, veicular sua produção científica e fazer-se conhecida e respeitada no País inteiro, posto que, além da transmissão do saber na sala-de-aula convencional, faz pesquisa, desenvolve extensão e contribui para diminuir as desalentadoras estatísticas dos organismos internacionais sobre o trabalho editorial e o seu consumo no Brasil.

2. POLÍTICA EDITORIAL

Não cabe que nos ocupemos aqui da filosofia de uma casa publicadora particular, onde o livro, do ponto de vista desta, tem a finalidade mera da mercância, sem se importar, *latosensu*, com a cultura e com a ciência. Seu compromisso é somente com as contas de resultado da sua contabilidade e, evidentemente, é natural que procure tirar o máximo proveito do seu público, apelando-lhe publicitariamente de todas as maneiras a fim de que ele cada vez mais faça piso das livrarias. Afinal, o lucro é que justifica a iniciativa empresarial, que remunera esse fator.

Na editora universitária, o objetivo é, tal como na editora particular, também (e não somente) vender. Antes, porém, a Universidade guarda comprometimento com o ensino e a produção de ciência, tecnologia, arte e cultura, que sustentam a atividade acadêmica moderna, e que se estriba, de modo especial, na indústria científica da sua comunidade. Essa produção poderá ser didática por excelência, com venda certa e retorno financeiro seguro, desde que se ponham a funcionar os mecanismos de distribuição e de promoção utilizados, com êxito, pelos livreiros particulares. Neste ponto a atinência é completa.

A diferença reside, agora, no tipo de produção da editora universitária, que não pode, por nenhuma hipótese, competir com a editora privada, uma vez que o que se funde no seu cadinho, via de regra, não é do interesse geral, considerando *público universitário* como um *público particular*.

Dessa forma, a Universidade, como fonte produtora maior de cultura, ciência e tecnologia, não deve escolher a dedo somente os trabalhos *vendáveis* para editar, preterindo as pesquisas e estudos da sua comunidade só porque, *a priori*, sabe-se de sobejo que não vão vender bem.

Aliás, sobreleva lembrar, toda obra é vendável, em menor ou maior grau, na dependência dos procedimentos promocionais. Por conseqüência, o que é que deve ser editado? A resposta é muito simples: tudo o que tiver boa qualidade e alcance científico. Assim, uma obra profunda (tirante, logicamente os textos apostilados, de ordinário superficiais), sobre, por exemplo, História ou Geografia, de adoção provável, deve ser editada, sem nenhuma dúvida, especialmente se levarmos em linha de conta que uma editora particular normalmente descrê no autor universitário, mormente quando ele é um iniciado, desconhecido da praça. Com efeito, a Universidade tem a obrigação de editar aquele seu autor, sob pena de as suas produções terem efeito somente no seu espaço de estudo e de pesquisa e só naquele momento. Dessa forma, a Universidade terá feito pouco, ou quase nada, já que nada inscreveu na sua memória nem espalhou seu engenho no tempo, sequer no espaço. E isso não é objetivo da instituição acadêmica.

É notável, a despeito do curto tempo de trabalho sistemático, o número de publicadoras acadêmicas no País, umas já bem formadas até — como as do Rio Grande do Sul e de Goiás, por exemplo — ambas de universidades federais, e outras procurando cada vez mais se envolver neste salutar mister de mostrar seus trabalhos acadêmicos, antes adstritos à própria insti-

tuição ou, como na maioria dos casos, latentes mas não materializados, em vista da impossibilidade de publicação.

Não é se dizer que a editora universitária deva editar apenas estudos, teses e temas especializados, mas que ela seja veículo da cultura nacional editando ou reeditando obras que se possam inserir na memória cultural do Brasil, como o bom romance, o conto, o folclore, a poesia, o ensaio etc., sem se importar com o êxito comercial, com o retorno do lucro. Basta que esse retorno alimente a produção de outros trabalhos, isto é, que pague o custo. Só há uma exigência, uma intransigência: que seja de boa qualidade, pois se o contrário acontecer, a Universidade cai no ridículo e se não faz respeitar.

3. EQUIPE EDITORIAL

O livro universitário, em razão do seu nível e do seu público, deve ser trabalhado por pessoas que tenham condições de mandá-lo a lume com a qualidade editorial e gráfica digna do seu *status* e do seu conteúdo, do seu valor intrínseco.

Dessarte, tem primordial importância a seleção do pessoal que forma a equipe da editora universitária, papel que, no mais das vezes, é exercido pelos reitores, chanceleres ou diretores.

A publicação, *ab hoc et ab hac*, de qualquer trabalho não é boa política. Bom seria que todos os escritos produzidos pelos professores ou pela comunidade acadêmica fossem idôneos por si sós, considerando a postura científica dos seus autores. Todavia, a realidade é bem diferente. Há originais que necessitam de revisões importantes, de verdadeiros *copydesks*, para que se possam adequar às necessidades das instituições e possam servir à ciência e à cultura como contribuição nova e não viciada e que dêem azo a discussões condutoras a novos estudos nos campos abordados nesses textos.

3.1 — Conselho ou Comissão Editorial

A Universidade compete proceder à seleção desses originais, verificando o mérito científico e a oportunidade de sua publicação, o que somente pode ser feito por pessoas altamente qualificadas, de reconhecida idoneidade científica e que componham, preferencialmente, o corpo docente da instituição. A escolha pode ser feita, por exemplo, por Centro, que reúne os diversos departamentos e áreas do conhecimento. A organização desse Conselho ou Comissão Editorial, os cargos, as funções, dependem das especificidades de cada caso. Sabe-se, po-

rém, dantemão, que além dos conselheiros — a quem compete emitir os pareceres sobre os originais — é necessária a presença de um diretor ou secretário-executivo, que vai controlar administrativamente o fluxo dos originais, isto é, as etapas pelas quais passam os trabalhos pretendentes a publicação, desde a sua entrada no colegiado.

Esta Diretoria ou Secretaria-Executiva também deve estar ocupada por um professor da instituição, uma vez que ele pode até ter a condição de, verificando superficialmente o original, devolvê-lo ao autor para que este saneie as impropriedades constatadas numa primeira vista dolhos, evitando o trabalho do conselheiro editorial a quem seria distribuída a matéria, de ordinário pessoa muito ocupada com as suas atividades acadêmicas.

Para compor esta Diretoria ou Secretaria-Executiva, necessitam-se, ainda, de, no mínimo, três profissionais: uma bibliotecária habilitada em curso regular da especialidade, que se vai ocupar da tarefa de normalizar, segundo as regras nacionais e internacionais consagradas, todos os trabalhos enviados ao Colegiado e transitados por este; um assessor técnico de programação editorial, geralmente profissional de Comunicação, que desenvolverá o trabalho de programação visual e gráfica do livro, folheto ou revista, inclusive escolhendo a tipologia e o sistema em que vai ser composta e impressa a publicação. Cabe, ainda, a este profissional o levantamento dos custos e a supervisão dos diversos passos do fluxograma de publicação; e um assessor para comercialização e distribuição, a quem são cometidos os trabalhos de venda específicos de uma editora institucional. O trabalho só pode ir para a gráfica, portanto, depois de transitado pelo conselho editorial, com o parecer favorável do Conselheiro relator.

Sem o Conselho ou Comissão Editorial, é de se desacreditar numa boa política editorial para as universidades, uma vez que os originais *entrados pela janela*, por injunções superiores (a que o Autor chama de inferiores) são espúrios de nascimento. É melhor voltar ao estágio anterior do que driblar o Conselho, negando a sua instituição como órgão de moralização do veículo científico e cultural da Universidade, que pretende se firmar como boa produtora de conhecimento. É melhor *descriar* o Conselho e dar continuidade ao anterior festival de mediocridades editoriais.

Aliás, presume-se que a matéria entrada pela fresta da porta somente não passou pela Comissão pela certeza da sua desaprovação.

4. PRODUTO EDITORIAL

As revistas e boletins científicos se constituem num extraordinário *media* para a veiculação de trabalhos científicos de menor dimensão, no que se relaciona com seu tamanho físico, a que as universidades devem emprestar a maior significação, posto que traduzem a indústria criadora da sua comunidade, *punctum saliens*, por assim dizer, da editoração acadêmica, prioridade maior da Instituição.

Esses trabalhos, curtos ou médios e que não justificam seu enfeixe em livro, são, de ordinário, levantamentos de questões científicas ainda não bem assentes como verdade definitiva e relativa e que podem ensejar, entre os leitores, o debate para o aperfeiçoamento dessas questões, nascidas, em muitos casos, de encontros científicos e culturais que se costumam realizar, com freqüência, no curso das atividades de investigação científica e que, publicados, escrevem o registro dos mencionados encontros, consolidando a mera fala.

Muitas vezes, os artigos consignados nesses periódicos servem como texto para os cursos universitários de graduação e pós-graduação, mais especificamente para aqueles que trabalham com os ramos mais recentes do conhecimento, cuja bibliografia é, ainda, bastante incipiente, quando não inexistente.

Nesse aspecto, a Universidade Federal do Ceará, por exemplo, é bastante bem servida por onze revistas, com periodicidade absolutamente regular, com tiragem média de 1.500 exemplares, cada uma com uma média de duzentas páginas, com circulação pelo Brasil e pelo exterior.

É conveniente, ainda, que esses periódicos reúnam assuntos que guardem afinidade científica. Assim, exemplificando, outra vez, com a Universidade Federal do Ceará, temos as revistas de Direito, Educação, Comunicação Social, Ciências Sociais, Boletim de Ciências do Mar, Arquivo de Ciências do Mar, Medicina, Letras, Psicologia, Ciências Agrônômicas, e de Odontologia, nas quais são veiculados textos de docentes, pesquisadores e estudantes de graduação e pós-graduação de cada uma dessas áreas.

Uma editora universitária, se publica esses pequenos ensaios da sua comunidade e os espalha por todos os locais possíveis de serem encontrados leitores, já terá cursado metade do caminho, cumprido mais ou menos seu compromisso com a feitura e fluidez da ciência, se desincumbido, em boa parte, do seu papel de registradora do saber e do fazer.

Voltamos a insistir, porém, no rigor quando da seleção desses textos.

As abordagens mais longas, as monografias de pós-graduação e concurso — desde que descaracterizadas daquele formalismo exigido pela praxe nas Bancas — podem e devem ser publicadas em livro pelas universidades.

Caímos, todavia, novamente no problema da política editorial que deve presidir a Universidade, ou seja, que ela publique, de preferência, o resultado ou o andamento de estudos e pesquisas conducentes ao objetivo maior da Instituição acadêmica, consubstanciado na produção de ciência, cultura e tecnologia.

A U.F.C., de 1979 a 1983, optou por publicar, em sua maior parte, trabalhos de literatura educacional, tendo editado dezenas de textos em livros, revistas e plaquetas sobre esse sempre envolvente tema, sem esquecer, evidentemente, os outros ramos do conhecimento, também devidamente bem considerados e contemplados. Durante esse lapso, além dos ensaios científicos propriamente ditos, publicaram-se conto, romance, crônica e poesia, principalmente como fontes para embasar estudos em cursos de graduação ligados à atividade cultural. Toda a editoração dos textos da U.F.C. nesse período teve objetivo educacional, cultural e científico e foram contemplados autores brasileiros (com maior peso para os cearenses) e estrangeiros.

5. CONCLUSÃO

Seletividade rigorosa dos textos e boa distribuição por todo o Brasil e pelo exterior são os dois pontos a que nos referimos demoradamente todas as vezes em que somos instados a falar sobre o assunto livro.

Se a publicação tiver sido bem escolhida pelo seu valor intrínseco, divorciada do vício do beneplácito do editor, a Universidade cursou meio caminho. A outra estação, agora, reside num mecanismo adequado de distribuição, especialmente através dos programas interuniversitários de permuta de serviço em cada *campus*, o que já se exercita entre diversas universidades do Nordeste e do Sul do País. Numa contextura geral, deve-se proceder à distribuição nomeando distribuidores comerciantes, isto é, empresas comerciais do ramo livreiro, estabelecidos e acreditados negocialmente, no mínimo em cada uma das regiões em que é dividido fisiograficamente o Brasil.

Esses dois aspectos, sob a nossa óptica, têm de ser considerados para que o projeto surta efeito.

Se a seleção tiver sido feita com rigor mas não houver comercialização organizada, aquela obra continuará inédita, mesmo publicada, o que será ridículo. Melhor teria sido deixá-la nas

gavetas. Caso não haja seletividade mas boa distribuição, a mediocridade será levada a todos os rincões e aquela editora que a publicou estará condenada a um fado mau, pois quem compra em potencial sabe discernir entre o útil, o ocioso e o pernicioso.

Na hipótese de não haver boa seleção nem distribuição, bom para o público, que assim não é enganado por coisa ruim. Péssimo para o País que, pelo capricho de um preposto irresponsável e iconoclasta da cultura, malgastou seus recursos, tapeando sua comunidade.

E como se publica conto ruim, poesia ruim, ensaio mal feito e sem nenhuma consistência científica; Histórias mal contadas e um imenso festival de vaniloqüências editoriais constituem um grande mal que não pode, por nenhuma hipótese, atingir a universidade e os setores oficiais no que respeita a publicações.

Sobre esse aspecto, preferimos, honestamente, achar que a crise, antes de ser financeira, é de responsabilidade. Há muita irresponsabilidade solta também no terreno editorial.